

## POR UMA DESCRIÇÃO DA TIPOLOGIA DA GRAMÁTICA EM LÍNGUAS ROMÂNICAS

*For a Description of Typology of Grammar in Romanic Languages*

Leandro Silveira de ARAUJO  
Universidade Federal de Uberlândia  
araujols@ufu.br  
<https://orcid.org/0000-0001-8518-1266>

**RESUMO:** Objetiva-se refletir sobre como se estruturam as gramáticas nas línguas românicas permitindo uma revisão tipológica das gramáticas do português, espanhol, francês e italiano. Partimos da reflexão sobre norma linguística a fim de entender como o homem estrutura naturalmente suas variedades linguísticas ao passo que também elabora normativas que impõem modelos de usos que negam à heterogeneidade constituinte da linguagem. Denominado “gramatização”, o processo de instrumentar uma língua, compondo o saber metalinguístico da sociedade, introduziu-se nos povos românicos graças a necessidade filológica de compreender textos antigos. Contudo, a gramática foi adquirindo uma função pedagógica como resultado de demandas históricas e sociais. Desse caráter mutável das gramáticas – que acompanha a sociedade – é que foi possível identificar 5 principais tipos de gramática: (i) normativa, (ii) descritiva, (iii) teórica, (iv) histórica e (v) escolar. Tomamos como alvo de nossa descrição esses 5 tipos e levantamos características que são compartilhadas nas línguas analisadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Norma Linguística; Gramaticografia; Historiografia Linguística; Línguas Românicas.

**ABSTRACT:** This paper aims to reflect on how grammars are structured in Romance languages in order to allow a typological review of the grammars of Portuguese, Spanish, French and Italian. We started from the discussion about linguistic norms in order to understand how human beings naturally structure their linguistic variety (normal norms), while they also elaborate normative norms that impose us age models that deny constituent heterogeneity of language. Called “grammatization”, the process of instrumenting a language, composing the metalinguistic knowledge of the society was introduced in Romanesque peoples due to the philological need to understand ancient texts. However, grammar acquired an educational function as a result of historical and social demands. From this changeable character of grammars – which accompanies the demands of society – it was possible to identify 5 main types of grammar: (i) normative, (ii) descriptive, (iii)

theoretical, (iv) historical and (v) school. We have taken these 5 types as the target of our description and, in this way, we have raised characteristics that are shared in the languages that we have analyzed.

**KEYWORDS:** Linguistic Norm; Gramaticography; Linguistic Historiography; Romance Languages.

## LÍNGUA E NORMA: APROXIMAÇÕES NORMAIS E NORMATIVAS DA LINGUAGEM

A tarefa de se aventar sobre uma possível tipologia da gramaticalização nas línguas românicas exige-nos uma percepção mais robusta sobre como se dá a organização da linguagem, desde sua concepção no indivíduo em interação social até seu registro físico, muitas vezes em formato de “gramática”.

Com esse propósito, esta discussão não poderia deixar de partir de Coseriu (1962), quem consolidou o conceito de Norma Linguística como “o simples costume, a tradição simples e constante, o elemento comum em todo o falar de uma comunidade considerada” (p. 96). Assim, esse constructo teórico será entendido como o “costume” resultante da negociação linguística em comunidade, o que o torna democrática e naturalmente comum aos falantes da língua. Somente a partir desse prisma é que se pode afirmar que a “norma impõe-se socialmente e culturalmente, variando, por outro lado, conforme a comunidade” (p. 98), posto que cada sociedade apresentará suas próprias demandas e acordos compartilhados. Como desdobramento desse padrão, Coseriu (1962) observa que:

Dentro de la misma comunidad lingüística nacional y dentro del mismo sistema funcional pueden comprobarse varias normas (lenguaje familiar, lenguaje popular, lengua literaria, lenguaje elevado, lenguaje vulgar, etcétera), distintas sobre todo por lo que concierne al vocabulario, pero a menudo también en las formas gramaticales y en la pronunciación (COSERIU, 1962, p. 98).

Desse modo, destaca-se mais uma vez a dinâmica de funcionamento de qualquer comunidade linguística no emprego de seu idioma materno, ao compor, em resposta às demandas de cada situação de interação social, diferentes subsistemas ou normas que orientam o uso linguístico do falante. Assim, a conceituação do conceito de normas não se restringe à análise diatópica (espaço), mas inclui também os níveis diafásico (estilo), diatrástico (grupos sociais) e diacrônico (tempo).

Aprofundando-se no conceito de norma amparado por uma perspectiva antropológica, Aléong (2011) parte do pressuposto de que a sociedade é mais que a soma de indivíduos, pois se organiza por “princípios ou regras que enquadram e condicionam o comportamento individual”. Essa “regulação social” impõe normas ou esquemas de comportamento aos componentes da comunidade (p. 143). Nesse contexto, a língua insere-se como parte de um “conjunto de meios de interação simbólica”, que compreendem especialmente aspectos não verbais, como gestos, vestimenta, estética corporal, o *savoir-vivre* em sociedade etc. Em outros termos, a vida em sociedade pressupõe um processo de “socialização” que nada mais é que aquisição de toda essa bagagem cultural/social que regula nossas interações – inclusive, linguísticas. Assim, a natureza dos contextos e as características dos falantes vão incidir sobre as escolhas linguísticas feitas.

Diante dessa constatação, a norma linguística será definida como o produto de uma “hierarquização das múltiplas formas variantes possíveis segundo uma escala de valores que incide sobre a ‘conveniência’ de uma forma linguística em relação às exigências da interação linguística” (ALÉONG, 2011, p. 148).

Assim, destaca-se que a língua se organizará a fim de suprir as demandas da interação com o outro, respeitando sua potencialidade de “marcar e apresentar a identidade do indivíduo e de seus *status* e papel”, bem como sublinhando uma distinção social ou uma solidariedade de uns em relação aos outros (ALÉONG, 2011, p. 145). Por isso, considera-se a norma da língua *variada* – em correspondência à heterogeneidade dos agrupamentos constitutivos da sociedade – e *relativa* – já que a valoração dos elementos só tem sentido inserido no grupo de indivíduos em que circula.

Como desdobramento dessa discussão, Aléong (2011) propõe a dicotomia de duas normas relativas à língua: de um lado, as *normas implícitas* e, de outro, as *normas explícitas*. Aquelas definem-se pelo que temos denominado norma linguística segundo a ótica coseriana, isto é, “usos concretos pelos quais os indivíduos se apresentam em uma sociedade imediata”, que raramente são “objeto de uma reflexão consciente ou de um esforço de codificação” (ALÉONG, 2011, p. 149). Por outro lado, com *norma explícita*, faz-se referência ao “conjunto de formas linguísticas que são objeto de uma tradição de elaboração, de codificação e de prescrição”. Assim, impõem-se socialmente “como o ideal a respeitar nas circunstâncias que pedem um uso monitorado da língua” (ALEONG, 2011,

p. 149). Por se tratar de uma norma resultante de uma tradição de codificação, será essa norma alvo de atenção neste estudo.

A fim de verificar como os estudos linguísticos brasileiros abordaram a conceituação da norma linguística, partimos de Bagno (2003, 2012, 2017, 2019), pesquisador que problematizou o conceito de “norma culta” por envolver concepções normativas ambíguas e, inclusive, preconceituosas. Bagno (2003, 2012, 2019) observa que, tanto na tradição prescritiva quanto na linguística, atribui-se o mesmo qualificador “culta” para a “norma explícita” e para a “norma implícita”. De um lado, as gramáticas normativas descrevem a norma culta como “a língua ideal, baseada (supostamente) no uso dos grandes escritores (do passado, de preferência), um modelo abstrato (que não corresponde a nenhum conjunto real [...])” (BAGNO, 2003, p. 50). Por conseguinte, esse modelo ideal acabou por estabelecer critérios dicotômicos que se aplicam a quaisquer usos da língua, definindo-os como certo ou errado, bonito ou feio, elegante ou grosseiro, culto ou ignorante.

Dessa constatação surge o joguete de palavra feito pelo autor, que passa a denominar essa “norma” em sua bibliografia como “norma oculta”, já que “só uns poucos iluminados (“os melhores” e os “primores” de Fernão de Oliveira e Bechara, os “civilizados” de Cegalla) conseguem aprender e dominar integralmente” (BAGNO, 2019, p. 53).

Por outro lado, Bagno (2019) também notou o uso de “culta” nas constatações de trabalhos linguísticos, contudo para referir-se à “linguagem concretamente empregada pelos cidadãos que pertencem aos segmentos mais favorecidos de nossa população”, isto é, com “escolaridade superior completa e antecedentes biográfico-culturais urbanos” (BAGNO, 2019, p. 51). Em outros termos, o uso do adjetivo “culta” passa a assumir uma conotação mais técnica, que faz referência a uma realidade possível de “norma implícita”, pertencente à pequena parcela da sociedade com acesso aos bens da cultura letrada.

Em ambos os usos do adjetivo “culta”, nota-se, contudo, “um longo processo de impregnação ideológica” que merece ser criticado, posto que insinua que o que foge a ele seria “inculto”. Não obstante, há de se considerar que numa perspectiva sociológica “não existe ser humano que não esteja vinculado a uma cultura, que não tenha nascido dentro de um grupo social com seus valores, suas crenças, seus hábitos, seus preconceitos, seus

costumes, sua arte, sua técnica, sua língua...” (BAGNO, 2019, p. 55).

Ou seja, não há humano “inculto” ou “desaculturado”. A fim de resolver a questão, o autor propõe uma terminologia que considera as duas acepções atribuídas, até então, ao adjetivo “culto”. Dessa maneira, a conceituação da normativa explícita, isto é, o que apresenta idealmente uma “língua certa”, deveria ser chamada de *norma-padrão* por envolver o tratamento daquilo que está “fora e acima das atividades linguísticas dos falantes”. Trata-se de uma norma no sentido mais jurídico do termo: lei, regra compulsória imposta de cima para baixo, decretada por pessoas ou instituições. Seu título de “padrão” se deve ao traço artificial, arbitrário, construído segundo critérios de bom gosto vinculados a uma determinada classe social, a um determinado período histórico e num determinado lugar.

Por sua vez, a “norma implícita” tida como “culto” deveria ser chamada de “*variedades urbanas de prestígio*” por fazer referência às variedades linguísticas empregadas por cidadãos de alta escolarização e vivência urbana, em contexto de monitoramento linguístico, como as experiências acadêmicas, jurídicas, jornalísticas etc.

Por fim, o autor ainda dedica atenção às variedades que fogem às duas terminologias anteriores por serem consideradas mais “populares” e, assim, propõe o termo “*variedades rurbanas estigmatizadas*”, isto é, comunidades que, mesmo presente em ambiente urbano, conservam traços culturais (e linguísticos) próprios da vida rural – prevalecendo especialmente nas periferias empobrecidas dos grandes centros.

A síntese desse tripé é observado na Figura 1, em que se nota o prestígio associado às “*variedades urbanas de prestígio*” e o estigma atribuído às “*variedades rurbanas estigmatizadas*”. À margem de tudo isso, impondo-se como algo externo à experiência real com a linguagem, encontra-se a *norma-padrão*, acima de qualquer prestígio.

**Figura 1:** Da sistematização das normas da linguagem



Fonte: BAGNO (2017, p. 312).

Uma vez que objetivamos uma análise da tipologia das gramáticas, nossa análise certamente se voltará a compêndios que tratam da norma “cultura”, seja ela uma “variedade de prestígio” ou a própria “norma-padrão”. Esperamos desse modo observar como esses materiais se subdividem em agrupamentos, conforme os objetivos e a norma descrita.

Por fim, cabe-nos ainda revisar o tratamento dado por Faraco (FARACO, 2008; FARACO; ZILLES, 2017) à conceituação da norma linguística, para quem o conceito faz referência a um “conjunto de fenômenos linguísticos que são correntes, costumeiros, habituais, numa dada comunidade de fala [...]” (FARACO, 2008, p. 35) e que deve ser compreendido dentro de um contexto sociocultural, que agrega valores às formas comuns da língua.

O autor chama atenção à origem da construção dessa norma: a *comunidade de prática*, composta por um agregado de pessoas que compartilham experiências coletivas nas diversas esferas de atuação humana (trabalho, igreja, escola, sindicatos e associações, lazer, cotidiano da rua etc.). Em cada uma dessas comunidades, são identificados “modos peculiares de fala (ou seja, há normas específicas) e o comportamento normal do falante é variar sua fala de acordo com a comunidade de prática em que ele/ela se encontra” (FARACO, 2008, p. 38). Graças a sua competência linguística, o falante adquire um repertório que lhe dá melhor senso de adequação às demandas interacionais.

Portanto, a concepção de norma linguística assume aqui um caráter claramente fragmentário, mas estruturado conforme as demandas de cada prática discursiva, gerada no seio da sociedade. Em consequência, pode-se ainda afirmar que:

Não existe [...] uma norma “pura”: as normas absorvem características umas das outras – elas são, portanto, sempre hibridizadas. Por isso, não é possível estabelecer com absoluta nitidez e precisão os limites de cada uma das normas – haverá sempre sobreposições, desdobramentos, entrecruzamentos. (FARACO, 2008, p. 42).

Em outros termos, essa apreensão mais geral da norma equivale a toda e qualquer variedade linguística, em sua fluidez, dinâmica própria no universo das inter-relações sociais. Tratada como “*norma normal*”, resulta do “como se diz” habitualmente numa determinada comunidade (FARACO; ZILLES, 2017, p. 12).

Ocorre, contudo, que há variedades que exercem maior força referencial pelo

prestígio que possuem frente às demais. Essas variedades prestigiadas são praticadas “pelas populações tradicionalmente urbanas, situadas na escala de renda de média para alta e que, por isso, têm garantido para si, historicamente, bons níveis de escolaridade e acesso aos bens da cultura escrita” (FARACO, 2008, p. 44).

Esse prestígio é igualmente construído em sociedade e fica explícito, por exemplo, pelo acolhimento dessa norma nos meios de comunicação, dando-lhe ampla audibilidade e ressonância sobre as demais variedades “normais”. Para Faraco (2008), essa norma normal em destaque social pode ser chamada de “*norma culta*” e deve ser considerada como uma das variedades da língua. Difere-se, contudo, das demais pelo prestígio que lhe é atribuído, notoriedade que “não decorre de suas propriedades gramaticais, mas de processos sócio-funcionais que agregaram valores a ela”<sup>1</sup> (FARACO, 2008, p. 72).

Um terceiro conceito é ainda abordado pelo autor, trata-se do que chama de *norma-curta*, que, em suas próprias palavras, é “uma concepção que apequena a língua, que encurta sua riqueza, que não percebe que o uso tem abundância de formas alternativas” (FARACO, 2008, p. 64). Esse tratamento normativo aproxima-se do que Bagno (2003, 2019) chamou de “norma oculta” e do que se costuma chamar de *norma-padrão*, pois:

Norma-padrão não é propriamente uma variedade da língua, mas um constructo sócio-histórico que serve de referência para estimular um processo de uniformização. Codificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialetação, a projetos políticos de uniformização linguística (FARACO, 2008, p. 73).

Assim, tanto *norma-padrão* como *norma curta*, dentro da tradição até então desenvolvida no Brasil, referem-se a uma postura dogmática sem respaldo em fatos propriamente linguísticos, que sustenta “uma nociva cultura do erro e tem impedido um estudo adequado da nossa norma culta” e de outras normas. Desse modo, essa concepção normativa equivale a um conjunto de preceitos que definem o chamado “bom uso”, e que visa impor “como se deve dizer”. Também chamada de “*norma normativa*”, observamos nela uma tentativa de regulamentar a língua através de um ideal de uso, posto como normativo, preceituado e prescritivo (FARACO; ZILLES, 2017, p. 12).

<sup>1</sup> Como uma variedade de prestígio, a ‘norma culta’ permeia tanto a modalidade falada como a modalidade escrita da língua. Portanto, não a limitamos a esta última modalidade apenas.



A síntese da discussão até aqui desenvolvida revela, de um lado, a existência de um modo de estruturar naturalmente o funcionamento da linguagem em sociedade, o que se denominou “norma linguística”, “norma implícita”, “norma normal” ou “variedade linguística”. Destacou-se entre a norma linguística a conceituação da “norma culta”, ou como prefere Bagno (2003, 2019), a “variedade urbana de prestígio”. Isto é, a “norma normal”, que é avaliada positivamente pela sociedade por estar relacionada à cultura letrada. O destaque dado à “norma culta” deve-se à importância dela na formação do cidadão, pois, com seu aprendizado, o indivíduo tem acesso aos bens de consumo que circulam entre os mais favorecidos na sociedade.

Por último, destacamos a existência de uma “norma normativa”, conhecida como “norma-padrão”, ou, criticamente, como “norma curta” ou “oculta”, já que de tão curta, se distancia da realidade da experiência linguística – de qualquer grupo social – e se torna “oculta” e reservada apenas a alguns poucos “selecionados” na sociedade, os que desejam impô-la a qualquer preço – mesmo que seu valor seja muito mais simbólico que efetivamente comunicativo.

Isso posto, é natural que ao olharmos para as gramáticas a fim de encontrar uma tipologia que permita agrupá-las segundo seus traços e objetivos comuns, encontraremos um objeto de análise que irá se aproximar mais da última postura normativa, podendo se apegar mais ou menos à retração da norma culta. Desse modo, fica evidente que nosso objeto central de análise é a “gramática”, principal veículo dos conteúdos normativos.

A apreciação do termo “gramática”, levou Antunes (2007) a identificar 5 diferentes sentidos atribuídos à palavra:

- Gramática 1: conjunto de regras que definem o funcionamento de uma língua.
- Gramática 2: conjunto de normas que regulam o uso da norma culta.
- Gramática 3: uma perspectiva de estudo dos fatos da linguagem.
- Gramática 4: uma disciplina de estudo.
- Gramática 5: um compêndio descritivo-normativo sobre a língua.

Desse modo, a primeira acepção faz referência à ideia de “gramática” como sistema linguístico, isto é, o conhecimento de uso da língua, adquirido por capacidades biossociais, que resulta da estruturação de regras de funcionamento de dado idioma. Por



sua vez, na concepção 2, o termo faz referência apenas aos usos considerados aceitáveis na ótica da língua socialmente prestigiada, isto é, a “norma culta” ou “variedade de prestígio”. A definição 3, por conseguinte, refere-se às abordagens científicas desenvolvidas pela linguística, as quais procedem ao estudo da linguagem sob diferentes perspectivas, algumas “mais centradas na língua como sistema em potencial, como conjunto de signos” e outras “voltadas para os usos reais que os interlocutores fazem da língua, nas diferentes situações sociais de interação verbal” (ANTUNES, 2007, p. 31). Nesse grupo, inserem-se o gerativismo (gramática gerativa), o estruturalismo, o funcionalismo etc. A quarta acepção refere-se à disciplina escolar conhecida como “língua portuguesa”, em que a velha norma-padrão é apresentada e, quando muito, confrontada.

Por fim, a quinta conceituação é a que mais nos interessa, pois está relacionada à gramática enquanto suporte que dá espaço à descrição da língua. Portanto, enquanto um tipo de “gênero do discurso”, a gramática poderá assumir objetivos e características estruturais específicos – como pretendemos explorar com o desenvolvimento deste estudo – e trará sempre limitações, já que não é possível expor em um documento textual toda a dinâmica e complexidade das línguas. De todo modo, o mais importante é perceber que “as gramáticas nunca são neutras, inocentes; nunca são apolíticas”, o que significa que a escolha de uma gramática ou a proposição da escrita de um compêndio envolverá sempre a escolha de “uma determinada visão de língua” (ANTUNES, 2007, p. 33).

Feito esse delineamento teórico da relação entre a organização natural da linguagem (norma linguística) e de como o homem lida metalinguisticamente com essa instituição que é a linguagem, valendo-se muitas vezes de um instrumento conhecido como “gramática”, passamos a discutir, na próxima seção, sobre as características gerais da “gramática” e a apresentar uma descrição de tipologias.

## GRAMATICOGRAFIA: A PROPOSIÇÃO DE GRAMÁTICAS E SUA TIPOLOGIA

O processo de descrever e instrumentar uma língua compondo seu saber metalinguístico é denominado por Auroux (2014) de *gramatização*, e encontra sua materialidade em dois pilares: a gramática e o dicionário. Segundo o autor, apesar da função pedagógica que a gramática nas línguas românicas fundamentalmente assume –

destinada aos que ainda não dominam uma variedade de prestígio de sua língua ou desejam aprender uma língua estrangeira –, as primeiras análises gramaticais surgem da necessidade filológica de compreender um texto. Pois, “em tempos remotos, nunca se teve espontaneamente a ideia de fazer uma *gramática* – um corpo de regras explicando como construir palavras, mesmo que sob a forma implícita de paradigmas – para aprender a falar” (AUROUX, 2014, p. 27).

Segundo esclarece o autor, são os acontecimentos históricos de grande impacto nas civilizações antigas que promoveram a necessidade de registrar as línguas com fins pedagógicos, alterando, desse modo, a função primária da gramática. Para Auroux (2014), muitos são os fatores que estiveram envolvidos nesse processo, dos quais destacamos:

- i. o acesso a uma língua de administração;
- ii. o acesso a um *corpus* de textos sagrados;
- iii. o acesso a uma língua de cultura;
- iv. as relações comerciais e políticas;
- v. o desenvolvimento de uma política de expansão linguística de uso interno ou externo.

Ao observar a estrutura comum dessa gramática românica, Auroux (2014) encontra a recorrência de (i) categorização das unidades; (ii) exemplos e (iii) regras mais ou menos explícitas para construir enunciados. Esperamos encontrar nesses fatores indicações que amparem a tipologia proposta. Por exemplo, se olharmos as “regras”, identificaremos pelos menos dois posicionamentos, pois, nos termos do autor, “as regras podem ser encaradas como prescrições (diga..., não diga...; diz-se...) que não possuem nenhum valor de verdade ou como descrições (na língua L..., é enunciado correto, eles dizem...)” (AUROUX, 2014, p. 27).

Ou seja, o modo de apresentar o funcionamento do idioma nos dará pistas que nos ajudarão a classificar, por exemplo, uma gramática prescritiva ou uma gramática descritiva. Igualmente o *corpus* adotado para oferecimento dos “exemplos” (ii) será um importante marcador na definição da gramática como “prescritiva”, “descritiva” e, inclusive, “histórica”.

Isso posto, passemos à descrição da tipologia da gramática tomando como apoio teórico German e Séguin (1990), Travaglia (2002), Antunes (2007), *Real Academia*

*Española* (RAE, 2009, 2010), Perini (2010), Castilho (2012), Vieira (2015, 2016, 2018) etc. De antemão, ressaltamos que nossa discussão evidenciará que esses tipos não são categorias estanques, mas apresentam características que são compartilhadas muitas vezes por mais de um deles. Assim, uma gramática pode se aproximar mais de uma classificação que de outra. Além disso, identificamos gramáticas híbridas, em que se mescla mais de um tipo em sua construção. Por fim, entendemos ainda que alguns desses tipos correspondem a aplicações mais especificadas de outros ou têm um domínio muito restrito, de modo que podem ser abordados conjuntamente. Portanto, trataremos de 5 classes que consideramos fundamentais: i. gramática normativa, ii. gramática descritiva, iii. gramática teórica, iv. gramática histórica e v. gramática escolar.

### **Gramática normativa (tradicional)**

O primeiro tipo abordado talvez corresponda ao modelo mais recorrente desde a consolidação do processo de gramatização das línguas românicas (AUROUX, 2014) e, como veremos, tem suas características respingadas em outros tipos, como é o caso da gramática escolar. Caracterizada como *normativa* ou *tradicional*, essa gramática visa descrever aquilo que definimos como “norma-padrão” ou “explícita”, isto é, seu objetivo concentra-se nas normas do bem falar e escrever, estipulando uma espécie de lei que regula o uso da língua. Assim, irá considerar como “erro” qualquer uso concreto existente em variedades da língua que fujam os regulamentos de suas folhas (TRAVAGLIA, 2002).

Antunes (2007, p. 33) observa que essa gramática “focaliza as hipóteses de uso considerado padrão, fixando-se assim, no conjunto de regras que marcam o que se considera o uso correto da língua”, por conseguinte, pautará como se deve dizer ou não. A RAE adiciona às características desse modelo o respaldo institucional que pode vir a receber. Além disso, o adjetivo “tradicional”, segundo a RAE, designa “o conjunto de distinções que se remontam à tradição latina e grega [...] que chegaram em alguma de suas formas até a atualidade” (RAE, 2009, p. 9)

Investigando mais profundamente o “paradigma tradicional de gramatização” (PTG), Vieira (2015, 2016, 2018) também identifica nesse modelo a criação de um padrão linguístico ideal a partir da prescrição de supostas formas corretas e legítimas, encontradas privilegiadamente na escrita literária pregressa, isto é, que compõe o cânone da literatura

nacional em seu apogeu histórico. Assim, confunde “gramática, norma e língua, entendendo-as como objetos autônomos, homogêneos e estáticos, independentes de seus usuários e a serviço da expressão do pensamento” (VIEIRA, 2016, p. 22).

Ainda segundo o autor, a gramática normativa tomará a frase como unidade máxima de análise e se valerá de um “aparato categorial conceitual e terminológico comum, fixo e tanque”, que, como vimos, remonta à tradição latina – seu fundamento original. Viera (2018, p. 235) sintetiza essa perspectiva normativa a partir de 22 características, das quais destacamos 18. É importante ressaltar que nem todos esses aspectos ocorrem concomitantemente na configuração de uma gramática normativa, apesar de que normalmente grande parte deles são identificados simultaneamente:

1. A gramática constrói um modelo artificial ideal de língua.
2. A gramática, independentemente do seu uso escolar, tem função pedagógica.
3. A melhor língua é a língua das camadas dominantes da sociedade.
4. A língua equivale à sua modalidade escrita.
5. Os usos que se afastam das formas legitimadas pela gramática são ignorados ou classificados como vícios.
6. As línguas das gerações progressas é melhor que a das gerações atuais.
7. A gramática de uma língua se divide em fonologia, morfologia e sintaxe.
8. A exposição do conteúdo da gramática é sistemática: categoria, definição, subdivisão e exemplo.
9. A gramática regula a língua, prescrevendo suas formas legítimas.
10. A gramática de uma língua é a gramática das frases (períodos) da língua, tomadas como unidade máxima de análise.
11. As categorias gramaticais são fixas, estanques e avessas a controvérsias.
12. Descrever uma língua se confunde com normatizá-la, prescrevê-la.
13. A melhor língua é a língua do colonizador.
14. A língua é um objeto autônomo, independente dos seus usuários.
15. A língua é homogênea e estática.
16. A língua literária é a mais bem elaborada e deve, portanto, servir de modelo.
17. O aparato conceitual e taxonômico de tradição greco-latina serve para todas as línguas.
18. Referências teóricas não precisam ser apresentadas no corpo da gramática.

Há inúmeros casos desse modelo gramatical nas línguas românicas. Tanto é assim que o trabalho de Araujo e Freitas (2020) evidencia que a gramática normativa é a mais recorrente na história da gramaticografia hispânica, comportamento também evidenciado na tradição gramaticográfica da língua portuguesa, conforme estudo de Araujo e Melazo (no prelo).

A título de exemplo, o Quadro I apresenta apenas alguns casos desse tipo no português, no espanhol, no francês e no italiano. Observa-se, na primeira coluna do quadro, o nome do autor, na segunda, o nome da gramática, e, na última, o ano de publicação. A proposital seleção de manuais pertencentes a diferentes séculos evidencia como esse modelo de gramática acompanha as sociedades românicas desde sua fundação, modificando-se e se tornando mais complexa com o avançar do tempo e da mudança nas demandas da comunidade.

**Quadro 1:** Exemplos de gramáticas normativas nas línguas românicas<sup>2</sup>

LÍNGUA PORTUGUESA		
Fernão Oliveira	Gramática da linguagem portuguesa	1536
Pedro José de Figueiredo	Arte da grammatica portugueza ordenada em um methodo breve e fácil	1817
Napoleão Mendes de Almeida	Gramática metódica da língua portuguesa: curso único e completo	1944
Manuel Said Ali	Gramática elementar da língua portuguesa	1923
Rocha Lima	Gramática normativa da língua portuguesa	1972
Celso Ferreira da Cunha; Lindley Cintra	Nova gramática do português contemporâneo	1985
LÍNGUA ESPANHOLA		
Antonio de Nebrija	<i>Gramática de la lengua castellana</i>	1492
Real Academia Española	<i>Gramática de la lengua castellana</i>	1771
Santiago Vicente García	<i>Gramática de la lengua española</i>	1854
Eugenio Cascón Martín	<i>Manual del buen uso del español</i>	1999
Real Academia Española	<i>El buen uso del español</i>	2013
LÍNGUA FRANCESA		
John Palsgrave	<i>L'éclaircissement de la langue francoyse</i>	1530
Abbé de Levizac	<i>L'art de parler et d'écrire correctement la langue françoise</i>	1809
Maurice Grevisse; André Goosse	<i>Le bon usage - grammaire française</i>	1936
Jean-Claude Chevalier	<i>Grammaire Larousse du français contemporain</i>	1964
LÍNGUA ITALIANA		
Giovanni Francesco	<i>Regole grammaticali della volgar</i>	1516

<sup>2</sup> Tanto este como os demais quadros que traremos com o avançar desta discussão não têm propósito de listar minuciosamente todos os compêndios existentes e correlatos aos tipos de gramática em questão, mas apenas apresentar exemplos que nos sirvam para refletir sobre a temática discutida.

Fortunio	lingua	
Luca Serianni	<i>Grammatica italiana. Italiano comune e lingua letteraria. Suoni, forme, costrutti.</i>	1989
Vittorio Coletti	<i>Grammatica dell' italiano adulto</i>	2015

Fonte: o autor.

A rápida observação de alguns dos títulos dos itens listados evidencia o valor normativo dessas gramáticas, especialmente pela valoração de uma suposta modalidade de uso da língua, considerada “mais bela”, “sofisticada” e “correta”, como em *Arte da grammatica portuguesa*, *Gramática normativa da língua portuguesa*, *Manual del buen uso del español*, *El buen uso del español*, *L'art de parler et d'écrire correctement la langue française*, *Le bon usage - grammaire française* e *Grammatica dell' italiano adulto*. De modo especial, destacamos esta última, do italiano, por atribuir à língua apresentada uma “maturidade”, supostamente não vista anteriormente.

Na língua espanhola, o caráter institucionalizado é ainda mais evidenciado devido à tradição da *Real Academia Española* na produção de gramáticas para a língua castelhana. Não obstante, o estudo das políticas de ensino ao longo da história dos países em que essas gramáticas circularam podem evidenciar o reconhecimento institucional que ganharam a seu tempo.

Tomando a *Gramática elementar da língua portuguesa*, de Said Ali (1965) como referência para análise das características prescritivas vigentes em seu texto, encontramos na introdução do manual a afirmação de que a “Gramática Portuguesa é a exposição das regras que ensinam a falar e escrever corretamente a língua portuguesa, nascida em Portugal e há quatro séculos implantada no Brasil” (SAID ALI, 1965, p. 06). Desse modo, notamos, que em um único parágrafo, ressalta-se a valoração daquilo que é correto associado ao viés pedagógico da proposta (“ensinam a falar e escrever corretamente”). Além disso, nessas mesmas linhas, observamos um certo saudosismo da língua originária, de importação (“nascida em Portugal e há quatro séculos implantada no Brasil”), aproximando o correto daquilo que é passado e distante.

Ainda na apresentação da gramática, o autor afirma dedicar-se ao estudo da “fonética e fonologia”, da “morfologia” e da “sintaxe”, limitando-se, portanto, ao estudo

da frase. O diálogo com a tradição greco-latina fica evidenciado, por exemplo, pela terminologia, ao apresentar as classes de palavras, os tipos de pronomes pessoais. Nota-se também o uso uma interpelação deôntica ao afirmar, a exemplo, que “não se começa o discurso pelo pronome átono” (SAID ALI, 1965 p. 127).

### **Gramática descritiva**

Resultante do amadurecimento da linguística, a gramática descritiva envolve um projeto em que linguistas tentam registrar o funcionamento da língua por ela mesmo, com menor valoração subjetiva de uma variedade sobre outra e se apoiando em critérios teóricos e metodológicos objetivos da linguística para proceder a sua descrição. Difere-se, portanto, da gramática normativa por não propor um ideal de língua (norma normativa) que se distancia de qualquer uso efetivamente observável. Trata-se, portanto, de um projeto de descrição de uma norma normal, geralmente tratada como a “norma culta”.

Segundo Araujo e Freitas (2020) e Araujo e Melazo (no prelo), essa gramática tem a intensificação do seu crescimento, no espanhol e no português, no fim do século XX. Dado que coloca em evidência como esse projeto resulta da consolidação da linguística como ciência e de sua aplicação à análise das línguas românicas. Nessa mesma direção, German e Séguin (1990) destacam o perfil de referência não normativa que assume esse modelo gramatical graças ao trabalho científico, que exige linguagem técnica própria e visa descrever o conhecimento internalizado dos usuários de dada língua.

Castilho (2012, p. 59) explica que sem a gramática descritiva, as teorias gerais sobre a língua não teriam avançado. Ou seja, parece haver um viés de mão dupla em que tanto a gramática descritiva é nutrida pelo desenvolvimento da linguística, como a linguística se fortalece pela reflexão e crítica trazida pela gramática descritiva.

Por seu turno, Vieira (2016, p. 45) acrescenta que devido ao perfil essencialmente científico, marcado por “densas exposições teóricas e descritivas”, o público principal dessa gramática costuma ser “o leitor especializado: o linguista, o professor de português, o estudante de letras”. Assim, esses manuais não transitam com tanta facilidade no ambiente escolar, onde poderia melhor suprir as demandas linguístico-gramaticais do cotidiano. Por conseguinte, será esse um contexto necessário de avanço dessa abordagem gramatical, pois apenas se observam iniciativas tímidas nessa direção – como parece ser o



caso da *Gramática de Bolso do Português Brasileiro*, de Marcos Bagno, lançada em 2013, pela Parábola Editorial<sup>3</sup>.

Para Travaglia (2002) e Perini (2010), a gramática descritiva tem preferência pela oralidade e não tem compromisso restrito à norma culta, podendo ocupar-se inclusive de outras variedades. De todo modo, seu principal interesse será sempre explicitar os mecanismos da língua em funcionamento.

Voltando-se à ruptura que a gramática descritiva faz com a abordagem tida até então como tradicional, Vieira (2016, p. 42) afirma que, no Brasil, a contribuição do modelo implicou no conhecimento científico e promoção dos “aspectos do português brasileiro caracterizadores de nossa realidade linguística há tempos”. Isso ocorreu porque essas gramáticas demonstram consciência da necessidade de um modelo de referência coerente com os usos escritos e falados de uma comunidade que emprega efetivamente dada língua. Desse modo, suas descrições tratam questões que costumam ser negligenciadas pela gramática normativa. O procedimento de análise baseado em *corpora* de textos diversificados da língua é outra característica fundamental para sua consolidação e consequente diferenciação do modelo tradicional – pautado preferencialmente por textos literários de séculos passados ou até frases criadas exclusivamente para sustentar afirmações normativas.

Vieira (2018) expõe características gerais dessa modalidade gramatical no contexto brasileiro – traços que são quase sempre compatíveis com a gramática descritiva presente em outros contextos românicos. Nas palavras do autor, essas gramáticas:

São espaços privilegiados de observação da identidade linguística dos brasileiros e dos conhecimentos que vem sendo desenvolvidos e sistematizados sobre o assunto em diferentes universidades do país;

Se comprometem, cada qual a seu modo, com o contexto sócio-histórico da linguística nas pesquisas e no ensino-aprendizagem de língua no Brasil;

Concordam na insuficiência teórico-metodológica dos fundamentos da gramática tradicional e as limitações do seu arcabouço descritivo,

---

<sup>3</sup> Em 2012, Marcos Bagno publica a *Gramática pedagógica do português brasileiro*, também pela Parábola Editorial. Apesar da aproximação do título ao universo educacional, seu objetivo não é circular diretamente pela educação básica, mas contribuir para a formação do profissional de Letras. Por isso, não a consideramos uma gramática escolar, mas sim descritiva.

categorial e conceitual;

Abandonam, por exemplo, a fixação dos cânones da literatura luso-brasileira, trazendo a cena outros domínios discursivos (sobretudo jornalístico), ou mesmo dados de introspecção, ou ainda autores da literatura brasileira contemporânea;

Mostram ciência da necessidade dos brasileiros de modelo de referência coerente com seus usos falados/escritos e favorecem, portanto, a construção de tal modelo;

Avança no caminho do reconhecimento, da valorização e da legitimação de aspectos gramaticais genuinamente brasileiros, historicamente marginalizados ou mesmo vetados pelas gramáticas tradicionais do português. (VIEIRA, 2018, p. 241).

Encontramos no Quadro II a indicação de manuais que representam a maior expressão de gramática descritiva tomada como referência para as línguas portuguesa, espanhola, francesa e italiana:

**Quadro 2:** Exemplos de gramáticas descritivas nas línguas românicas

<b>LÍNGUA PORTUGUESA</b>		
Ataliba T. de Castilho (Org.)	Gramática do português culto falado no Brasil. [8 vols.]	2003
Eduardo B. Paiva Raposo, Maria Fernanda B. Nascimento; Maria Antónia C. Mota; Luísa Segura; Amália Mendes (Org.)	Gramática do português	2013-2020
<b>LÍNGUA ESPANHOLA</b>		
Ignacio Bosque; Violeta Demonte (Orgs.)	<i>Gramática Descriptiva de la Lengua Española</i> [3 vols.]	1999
<b>LÍNGUA FRANCESA</b>		
Anne Abeille; Annie Delaveau; Daniele Godard (Orgs.)	<i>Grande Grammaire du français</i> [ ? vol.]	no prelo
<b>LÍNGUA ITALIANA</b>		
Lorenzo Renzi; Giampaolo Salvi; Anna Cardinaletti (Orgs.)	<i>Grande grammatica italiana di consultazione</i> [3 vols.]	1988-1995

Fonte: o autor.

É evidente que nessas línguas existem outros manuais que assumem a mesma perspectiva, no entanto, esses se destacam pelo trabalho científico de fôlego que conjugou um grande grupo de linguistas, regidos por um mesmo objetivo: esmiuçar e conhecer a língua em sua máxima possibilidade de usos:

Percebemos, portanto, que a publicação dos estudos se dá entre o fim do século XX e início do século XXI. A partir do título, é possível destacar a valoração da modalidade oral da língua (caso do português), sua função descritiva (caso do espanhol) e de referência/consulta (caso do italiano).

Tomando como modelo para análise a *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, de Bosque e Demonte (1999), encontraremos um projeto extenso que se iniciou em 1993, inspirada na *Grande Grammatica Italiana di Consultazione* (1988-1995) e na *Grammar of the English Language* (1985). Por meio da contribuição de 73 pesquisadores, a obra foi publicada em 3 volumes, no total de 5301 folhas – o que evidencia a abrangência e atomização do tratamento da língua em uso.

Na introdução da gramática, somos informados de que se trata de uma “uma obra coletiva, de um estudo descritivo do idioma e de uma obra de múltiplo acesso que, ademais, incorpora novos temas na gramática do espanhol” (BOSQUE; DEMONTE, 1999, p. 14). Ao esclarecer essas quatro características, os organizadores explicam que o fato de ser “coletiva” não transformou a proposta em uma coleção de ensaios, pois os coordenadores do projeto se empenharam em acompanhar todo o processo de escrita a fim de garantir um tom homogêneo nos capítulos, com um vocabulário descritivo comum e um referencial conceitual de conciliação para evitar contradição.

Quanto ao traço “descritivo”, explicam que o termo implica o objetivo de “apresentar as propriedades das construções e das palavras que as formam a fim de mostrar classes e paradigmas, regularidades e exceções” (BOSQUE; DEMONTE, 1999, p.21). Além da sistematização da regularidade da língua, também é alvo dessa gramática o tratamento do que “excepcional”, isto é, que costumou escapar ao olhar normativo. Desse modo, gerou-se também espaço para discutir questões relativas à variação linguística – o que é verificado, por exemplo, no tratamento dos pronomes e dos tempos compostos.

A “acessibilidade múltipla”, por sua vez, revela que para proceder à análise de um fenômeno linguístico é necessário observá-lo a partir de vários prismas. Por exemplo, as propriedades da categoria do substantivo são tratadas em pelo menos quatro capítulos: “classe de nomes comuns”, “classe de nomes próprios”, “a estrutura do sintagma nominal” e as “nominalizações” – além de outros que o retomam para tratamento de questões diversas. Para de construir uma gramática harmônica, os organizadores valeram-se de

notações ao longo dos escritos (referências cruzadas e notas) a fim de conduzir o leitor através das informações que se relacionam. Desse modo, alcançou-se uma única visão do objeto, resultante do cruzamento das diferentes perspectivas descritivas.

Por fim, a obra introduz novas questões na gramática do espanhol, temas que frequentemente não são tratados nas gramáticas ou apenas mencionados esporadicamente. Alguns exemplos são: a elipse, a sintaxe da nominalização, os marcadores discursivos, a presença e a ausência dos determinantes como manifestação de relação gramatical, a variação sintática (*leísmo* e *loísmo*, fórmulas de tratamento, fenômenos de *dequeísmo*). Em especial, destaca-se mais uma vez que a abordagem reconhece “que existe variação em alguns esquemas gramaticais e que essa variação representa o desenvolvimento de possibilidades dentro de um mesmo sistema” (BOSQUE; DEMONTE, 1999, p. 25).

Diferente da abordagem normativa, a gramática em análise retira do seu foco questões de fonologia e amplia sua descrição para o discurso, saindo do limite da frase e tratando, por tanto, também do enunciado. A descrição é sincrônica, contudo recupera dados de diacronia sempre que se faz necessário para entender o fenômeno – especialmente na seção de morfologia. Quanto à fonte dos dados analisados, os autores se valeram de um *corpus* diversificado, apresentando textos literários, jornalísticos, de fonte privada e pública, entre outros. Assim, procurou-se distanciar-se o máximo possível de dados resultantes da introspecção do pesquisador.

Frente a toda a proposição dos trabalhos, os coordenadores reafirmam o caráter objetivo da descrição proposta, distanciando-se, portanto, de qualquer interesse normativo. Pois, em suas palavras, “não se trata de uma obra normativa nem direta nem indiretamente. De fato, sempre se evitaram as atitudes de censura ou estigmatização dos usos sintáticos considerados ‘não cultos’ ou ‘menos cultos’” (BOSQUE; DEMONTE, 1999, p. 29).

### **Gramática teórica**

Ao definir sua gramática descritiva, Bosque e Demonte (1999, p. 21) apõem sua proposta ao modelo de uma gramática teórica, que designaria, segundo os autores, uma gramática orientada por alguma teoria específica dos estudos da linguagem – tais como o estruturalismo, gerativismo, funcionalismo, cognitivismo, etc. – e até mesmo mesclando-

as. O objetivo desse tipo de gramática não seria apenas escrever manuais ou tratados de descrição de uma língua, mas investigar uma ou várias parcelas de uma teoria, inclusive propondo modificações em sua arquitetura. Contudo, Bosque e Demonte (1999) ressaltam que as gramáticas descritivas e teóricas se complementam e se aproximam, posto que se orientam por pressupostos teóricos da linguística e procedem ao estudo objetivo de uma língua.

Essa aproximação entre as abordagens descritiva e teórica se deve também ao duplo objetivo desta última, que, segundo a RAE (2009), seria (i) melhorar o conhecimento do idioma com recursos analíticos considerados mais apropriados que os propostos por outras teorias e (ii) desenvolver a própria teoria através do estudo detalhado de uma ou várias línguas.

Ainda segundo a RAE (2009), é possível organizar a gramática teórica em dois principais grupos: de (i) base formal e de (ii) base funcional. As gramáticas teóricas do primeiro grupo, *grosso modo*, centram-se no estudo da constituição interna das estruturas sintáticas e apresentam suas análises mediante linguagem lógico-matemática. São exemplos desse grupo, gramáticas estruturalistas e gerativistas. Por outro lado, as gramáticas teóricas de base funcional dão especial relevância para a relação que existe entre a estrutura sintática dos enunciados e a intenção comunicativa dos falantes, de modo que os modelos funcionalistas e cognitivistas, por exemplo, se assentam nesse segundo grupo.

O Quadro III apresenta algumas gramáticas teóricas das línguas românicas identificadas pelo referencial teórico-metodológico assumido em cada uma:

**Quadro 3:** Exemplos de gramáticas teóricas nas línguas românicas

LÍNGUA PORTUGUESA			
Mario Alberto Perini	Gramática gerativa: introdução ao estudo da sintaxe portuguesa	1975	Teoria Gerativa
Maria Helena de Moura Neves	A gramática de usos do português	1999	Teoria Funcionalista
Ataliba Teixeira de Castilho	Nova gramática do português brasileiro	2010	Teoria Multissistêmica <sup>4</sup>
LÍNGUA ESPANHOLA			
César Hernández Alonso	<i>Gramática Funcional del</i>	1984	Teoria

<sup>4</sup>Uma abordagem que tem um alinhamento que contempla tanto o funcionalismo quanto o cognitivismo.

	<i>Español</i>		Funcionalista
Francesco D'Introno	<i>Sintaxis Generativa del Español</i>	2003	Teoria Gerativa
<b>LÍNGUA FRANCESA</b>			
André Martinet	<i>Grammaire fonctionnelle du français</i>	1979	Teoria Funcionalista
Christine Tellier	Éléments de syntaxe du français: méthodes d'analyse en grammaire générative.	1995	Teoria Gerativa
<b>LÍNGUA ITALIANA</b>			
Norma Costabile	<i>Le strutture della lingua italiana: grammatica generativo-trasformativa</i>	1967	Teoria Gerativa
Caterina Donat	<i>La sintassi – Regole e strutture</i>	2008	Teoria Gerativa
Nunzio La Fauci	<i>Compendio di sintassi italiana</i>	2009	Teoria Funcionalista

Fonte: do autor.

O primeiro aspecto ressaltado desse modelo deve-se à contemporaneidade da produção desse tipo de gramática, posto que começam a surgir no fim do século XX, assim como as gramáticas descritivas. Em segundo lugar, a proximidade entre esse modelo e o descritivo é evidenciado, por exemplo, em *A gramática de usos do português*, de Maria Helena de Moura Neves, pois além de ressaltar a perspectiva teórica funcionalista assumida, a autora faz questão de afirmar que seu manual também se apresenta como um instrumento de referência para o idioma. Também merece destaque o enfoque muitas vezes dado exclusivamente à sintaxe, como os exemplos citados no português, no francês e no italiano.

Analizando mais atentamente a *Gramática Funcional del Español*, de Hernández Alonso (1996), encontramos, na apresentação da terceira edição, como as abordagens teóricas e descritas se encontram. O autor afirma buscar “na metodologia descritiva” as bases “do funcionamento da língua no processo comunicativo” (HERNÁNDEZ ALONSO, 1996, p. 12) – pressuposto teórico fundamental da teoria funcionalista e destacado no prólogo da obra:

[...] partimos de que el signo sólo adquieres u pleno valor, su realidad, en el decurso, es decir, funcionando; y que de la relación entre varios signos en la cadena lingüística nacen nuevos semas, rasgos de contenido no propios de los signos, sino surgidos de su combinación en el contexto. (HERNÁNDEZ ALONSO, 1996, p. 08).

A relação com a gramática descritiva também fica explícita na concepção de norma assumida, já que o autor assegura que seu trabalho nunca pretendeu ser normativo. Ao invés disso, buscou uma norma geral da língua funcional em consonância com normas diatópicas e diastráticas. O uso de “abundantes corpora de registro distintos” e a atenção especial especialmente dedicada à sintaxe são outras características destacadas pelo autor. Por fim, ressalta-se também o comprometimento com o avanço da ciência, abrindo-se ao diálogo construtivo – o que é evidenciado nos acréscimos feitos nas edições seguidas.

Todas essas características são comprováveis a partir do modo como se estrutura a obra. O primeiro capítulo (*Princípios de uma gramática funcional*) é reservado para a apresentação teórico-metodológica da proposta, de modo que são apresentados os conceitos de língua e seu funcionamento, de unidades e níveis do idioma, de função, paradigma e sintagma; destacando, ao fim, o método e o interesse pela sintaxe.

A importância dada à sintaxe também é perceptível pela organização, que dedica os capítulos II ao XIV ao tratamento de aspectos sintáticos, seguido pela análise de aspectos morfossintáticos (capítulos XV ao XXIX). Ou seja, encontramos uma inversão da ordem costumeira de análise da língua, partindo do maior nível (sintaxe) para o menor (morfossintaxe), e enfatizando, por conseguinte, o lugar do uso dos itens no enunciado.

Antes de nos dirigirmos à discussão da gramática histórica, vale informar que, segundo a RAE (2009), as atuais gramáticas teóricas provêm do modelo antecedente da *Gramática Filosófica*. Por se tratar de um tipo restrito a um período do tempo – quando as bases da linguística moderna ainda não haviam sido consolidadas – e devido nosso limite de espaço, não abordaremos extensivamente esse modelo. Destacamos apenas que objetivava analisar “a estrutura do idioma a partir de algum sistema conceitual de alcance maior e não exclusivo do estudo da linguagem, normalmente referido à lógica e à epistemologia” (RAE, 2009, p. 6).

### **Gramática histórica**

O quarto modelo visitado neste trabalho é o histórico, no qual se objetiva estudar a origem e o desenvolvimento de uma língua, registrando sua sequência evolutiva (TRAVAGLIA, 2012). Castilho (2012) destaca que o método da gramática histórica inclui um interesse em identificar o passado comum das línguas, concentrado numa protolíngua



– cuja manifestação escrita nem sequer existia. O interesse pode dar lugar a um subtipo de gramática histórica, a chamada “gramática comparada”, que se dedica à busca de pontos historicamente comuns entre as línguas, a fim de identificar as famílias linguísticas. Nota-se nesse subtipo uma abordagem tipológica associada à histórica.

A RAE (2010) chama esse modelo de gramática diacrônica e destaca o interesse desse tipo em observar o modo como as línguas mudam ao longo de dado período da história, identificando não apenas as modificações no sistema, mas também suas causas. Essa tipologia tem forte incidência sobre a produção de gramáticas nas línguas românicas desde fim do século XIX – como aponta o Quadro IV:

**Quadro 4:** Exemplos de gramáticas históricas nas línguas românicas

<b>LÍNGUA PORTUGUESA</b>		
Eduardo Carlos Pereira	Grammatica histórica	1919
Joseph Huber	Gramática do português antigo	1986
<b>LÍNGUA ESPANHOLA</b>		
Ramón Menéndez Pidal	<i>Manual de gramática histórica española</i>	1904
Ralph Penny	<i>Gramática histórica del español</i>	1993
Concepción Company Company (Org.)	<i>Sintaxis histórica de la lengua española (2 vol.)</i>	2006
<b>LÍNGUA FRANCESA</b>		
Auguste Brachet	<i>Grammaire historique de la langue française</i>	1867
Christiane Marchello-Nizia; Bernard Combettes; Sophie Prévost ; Tobias Scheer de Gruyter Mouton	<i>Grande grammaire historique du français</i>	2019
<b>LÍNGUA ITALIANA</b>		
Raffaello Fornaciari	<i>Grammatica storica della lingua italiana estratta e compendiata dalla Grammatica romana di F. Diez</i>	1872
Pavao Tekavčić	<i>Grammatica storica dell'italiano (3 vol.)</i>	1972
Paolo D'Achille	<i>Breve grammatica storica dell'italiano</i>	2001

Fonte: do autor.

Esse modelo gramatical passa por diferentes momentos da construção da linguística como ciência. Num primeiro momento, acompanha o bojo dos estudos dos

neogramáticos. Recentemente, contudo, recebe contribuições mais modernas dos estudos e métodos da linguística histórica. Esse comportamento evolutivo do modelo gramatical torna-se mais claro quando comparamos, por exemplo, a concepção de língua e a função atribuída às gramáticas históricas defendidas pelos autores mais antigos, em oposição aos mais modernos.

Com esse propósito, encontramos no trabalho de Pereira (1919) sobre a história da língua portuguesa – *Grammatica Histórica* –, a defesa de que a boa compreensão do uso contemporâneo que se fazia da língua dependia do conhecimento de sua história.

Esses precedentes historicos indispensaveis sua boa comprehensão, no-los dá a grammatica historica, que é a sua biographia. Sobre esta vantagem outras contem o estudo desta materia, que, nestes ultimos tempos, tem tido tão grau de ineremento nas nações cultas: é elle laço tradicional que nos prende mais intimamente á vida espiritual de nossos antepassados, e que nos dá uma visão mais clara do desenvolvimento do espírito humano, e, ao mesmo tempo, a surpresa do desenvolvimento em flagrante do processo psychico de nossa raça. (PAREIRA, 1919, p. 03).

Ademais, o autor ainda afirma que a investigação histórica da língua atribuía certo eruditismo à sociedade lusófona, colocando-a em pé de igualdade com as ditas “nações cultas” à medida que evidenciasse nossa relação com os antepassados e nosso processo de desenvolvimento.

Em contraponto, as gramáticas históricas mais modernas se distanciam dessa carência político-ideológica que agrupava argumentos de afirmação social. Por isso, trazem estudos pautados exclusivamente pelo interesse científico de conhecer como se deu o desenvolvimento interno das línguas e quais fenômenos linguísticos estiveram em operação nesse processo.

Tomando como referência a *Gramática Histórica del Español*, de Ralph Penny (2014), encontramos a definição do público alvo como “especialistas em romanística e estudantes de filologia hispânica”. A preocupação com o rigor científico também é salientado no diálogo referenciado que se faz com diversos pesquisadores ao longo da obra. Para o autor, seu manual objetiva “proporcionar ao leitor uma visão mais completa possível da evolução dessa língua durante os últimos dois milênios”, centrando-se especialmente na “história interna do espanhol” e tratado a história externa apenas na

introdução da obra (p. 07).

A observação da estruturação dos capítulos dessa gramática destaca o rápido tratamento da história externa da língua a partir da apresentação de uma cronologia introdutória com dados sociais de forte impacto sobre a formação e mudança no castelhano. Além disso, outros aspectos sociais e políticos ao longo da história dos povos hispânicos são apresentados no capítulo introdutório. Feita essa discussão, o autor parte para a descrição da mudança linguística nos diferentes níveis de análise da língua. Iniciando pela fonologia – nível comumente tratado nesse tipo de gramática –, discute-se como o sistema vocálico e consonantal foi se constituindo e se ressaltam as transformações na idade média.

No nível morfossintático, abordam-se as diferentes classes de palavras e algumas orações compostas. No nível do léxico, trata-se dos vocabulários herdados de diferentes línguas com que o espanhol manteve contato (latim, grego, alemão, árabe, francês, inglês, catalão, português, italiano) e do processo de formação de palavras. Por fim, no último capítulo, dedica-se a questões de semântica.

Em síntese, é notório o interesse em conhecer a língua em transformação, por isso assume-se uma abordagem diacrônica em que preocupação normativa é minimizada a fim de entender o real percurso de mudança da língua.

### **Gramática escolar**

O quinto tipo de gramática que abordaremos corresponde a um modelo muito heterogêneo e com muitas especificações a depender do objetivo específico assumido. É importante recordarmos que, segundo Aurox (2014), a principal mudança sofrida no processo de gramatização das línguas românicas foi a ressignificação da função da gramática. Antes usada como uma ferramenta filológica, esse instrumento passa a ser utilizado – graças as transformações sociais experimentadas a partir do fim do século XV – como ferramenta de aprendizagem de línguas.

Em consequência da aquisição dessa nova função, a experiência das sociedades românicas com a gramática parece não se desvencilhar de um objetivo pedagógico. Por isso, é muito comum os autores de gramáticas vinculadas aos diversos tipos já apresentados destacarem a contribuição que sua obra traz para o conhecimento e o ensino

da língua.

No entanto, precisamos diferenciar essa característica pedagógica comum ao processo de gramatização das línguas – independente do modelo de gramática – do que denominamos “gramática escolar”, isto é, um tipo de gramática com características específicas e que é feita especialmente para circular no ambiente escolar, para promover o ensino de um idioma, conforme as demandas políticas e históricas de um momento.

Isso posto, identificamos uma primeira subagrupação da gramática escolar, diferenciada em dois grupos conforme o objetivo de aprendizagem do público alvo, isto é, de um lado temos a gramática voltada a (i) ampliar o conhecimento sobre a língua materna (GLM) e, de outro, a gramática voltada à (ii) aprendizagem de uma língua estrangeira (GLE).

Sobre as gramáticas escolares de língua materna, Vieira (2015, p. 28) defende que “são crias do processo de gramatização tradicional”, do mesmo modo que as gramáticas normativas. Tanto é assim que “reproduzem a estrutura, a terminologia, os conceitos e as prescrições doutrinárias das principais gramáticas tradicionais”. Por seu turno, Silva (2008) diz que seu uso na escola é facultativo e que a exposição privilegiada do conteúdo gramatical pode vir acompanhada de exercícios.

Entendemos que um forte aspecto da gramática escolar, seja ela de língua materna ou estrangeira, é a proposição de exercícios em posposição às exposições dos conteúdos gramaticais. Além disso, na tentativa de apresentar um texto mais claro e próximo do leitor, recorre a uma discussão mais sucinta, dividida em tópicos e diagramada com elementos que chamam a atenção do estudante, como o uso de cor, ícones e outras imagens.

Vieira (2015, p. 29) chama atenção para uma falácia experimentada na proposição de gramáticas escolares contemporâneas do português no Brasil, que consiste numa “tentativa em demonstrar uma visão de língua inovadora, em geral, associada à perspectiva sociointeracionista de linguagem”. Essa imagem visa responder às demandas de “um suposto professor atento às novas teorias linguísticas e tendências pedagógicas, que utiliza a gramática como complementação do livro didático”. No entanto, esse disfarce linguístico “costuma vir abaixo no desenrolar da obra, cujas prescrições apresentadas apenas reforçam o preconceito contra as estruturas em desacordo com a norma-padrão”.

Conforme o Quadro V, esse modelo de gramática é antigo na gramaticografia românica e tende a assumir diferentes propósitos descritivos com o passar dos anos:

**Quadro 5:** Exemplos de gramáticas escolares de ensino de língua materna

LÍNGUA PORTUGUESA		
Pedro José de Figueiredo	Arte da grammatica portugueza ordenada em um methodo breve e fácil	1811
Cipro Neto Pasquale; Ulisses Infante	Gramática da língua portuguesa	1998
Jésus Barbosa de Souza; Samira Youssef Campedelli	Minigramática	2001
Evanildo Bechara	Gramática Escolar da Língua Portuguesa	2010
LÍNGUA ESPANHOLA		
Lorenzo de Alemany	<i>Elementos de gramática castellana dispuestos para uso de la juventud</i>	1845
Leonardo Gómez Torrego	<i>Gramática didáctica del Español</i>	2005
Ángela Di Tullio	<i>Manual de gramática del Español</i>	2005
LÍNGUA FRANCESA		
François Noël, Charles Pierre Chapsal	<i>Nouvelle grammaire française: sur un plan très-méthodique</i>	1835
Michel Théoret; André Mareuil	<i>Grammaire du français actuel</i>	1991
Suzanne-G. Chartrand; Denis Aubin; Raymond Blain; Claude Simard	<i>Grammaire pédagogique du français d'aujourd'hui</i>	1999
LÍNGUA ITALIANA		
Matteo Trenta	<i>I primi elementi della grammatica</i>	1864
Alberto Vàrvaro	<i>La grammatica e l'uso: grammatica italiana per le scuole medie superiori</i>	1981
Alessandra Minisci	<i>Grammatica italiana</i>	2005

Fonte: do autor.

Modelo recorrente já no início do século XIX, antes mesmo da formalização e universalização da educação básica em muitos países, a gramática escolar sofreu com os anos algumas alternâncias decorrentes não apenas dos avanços científicos e tecnológicos – conhecimentos sobre a língua, como ensiná-la ou sobre como melhor diagramar o texto e ampliar sua reprodução –, mas também em decorrência das novas demandas sociais – que impulsionaram novos tratamentos da linguagem para o cumprimento de objetivos mais coerentes com o momento histórico.

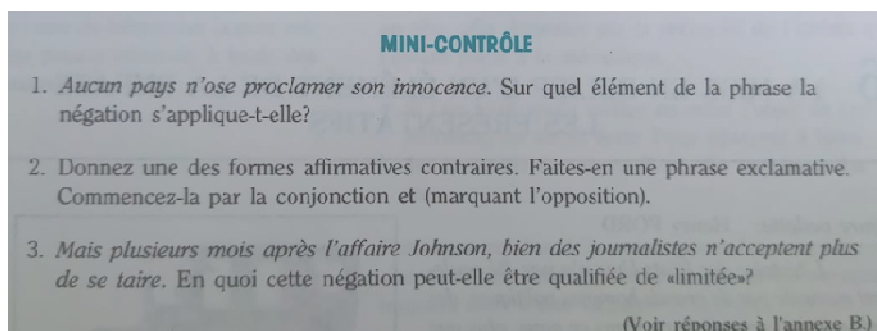
Em comum, no entanto, a todos os modelos apresentados no Quadro V é a forma sintética de sistematizar a língua, inclusive valendo-se do tratamento das definições em

tópicos, seguidos de exemplos muitas vezes resultantes da tradição literária ou da introspecção do autor. Além disso, no prefácio da obra, nota-se o apelo claro ao uso do manual no ambiente escolar, bem como a proposição de exercícios sobre o conteúdo abordado em cada unidade temática, especialmente nos modelos mais modernos. Tanto é assim que lemos no prefácio Noël e Chapsal (1835, p. 04) o apelo à proposição de uma “teoria clara, simples e metódica” de acordo com o conhecimento dos estudantes:

Esse resultado satisfatório vem da feliz e constante harmonia entre uma teoria clara, simples, metódica, e de uma prática bem graduada e proporcional ao conhecimento das crianças. O novo procedimento acompanhado de exercícios que despertam continuamente a razão e a memória do aluno, e que o habitua a associar os princípios da língua francesa aos da gramática geral, deve necessariamente preparar os jovens espíritos para o estudo de outras línguas (NOËL; CHAPSAL, 1835, p.04).

O apego a exercícios na gramática de Noël e Chapsal (1835, p. 04) visava à “memorização dos estudantes”, o que mostra um apreço muito mais pela repetição do que pela análise crítica do funcionamento do comportamento da linguagem. Essa tendência parece ter mudado um pouco nas abordagens mais contemporâneas, em que, além de exercícios de repetição, encontramos propostas em que uma análise reflexiva é requerida, como se nota, por exemplo, nos exercícios presentes na gramática de Théoret e Mareuil (1991). Os exercícios trazidos no capítulo destinado a “formas e valores da negação” (Figura 1) revelam a necessidade de uma resposta mais discursiva, que exige uma revisão que associe as informações abordadas ao longo da descrição do fenômeno.

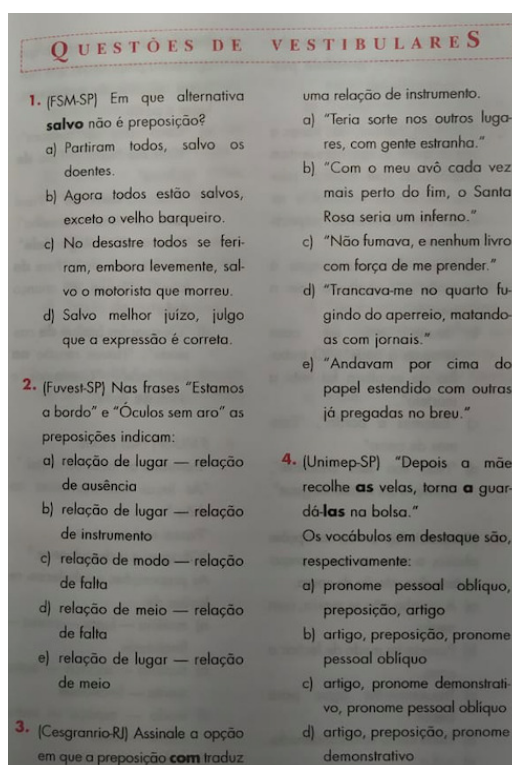
**Figura 1:** Seção de exercícios na gramática escolar de Théoret e Mareuil (1991)



Fonte: THÉORET e MAREUIL (1991, p. 35).

Ainda tratando da proposta de “exercícios”, encontramos também abordagens mais objetivas que recuperam exercícios previamente elaborados por sistemas de seleção de estudantes e servidores públicos. Essa é a proposta de Souza e Campedelli (2001, p. 265), que explicita o interesse dos autores em preparar os estudantes para esse tipo de exame (Figura 2).

**Figura 2:** Seção de exercícios na gramática escolar de Souza e Campedelli (2001)



Fonte: SOUZA e CAMPEDELLI (2001, p. 265).

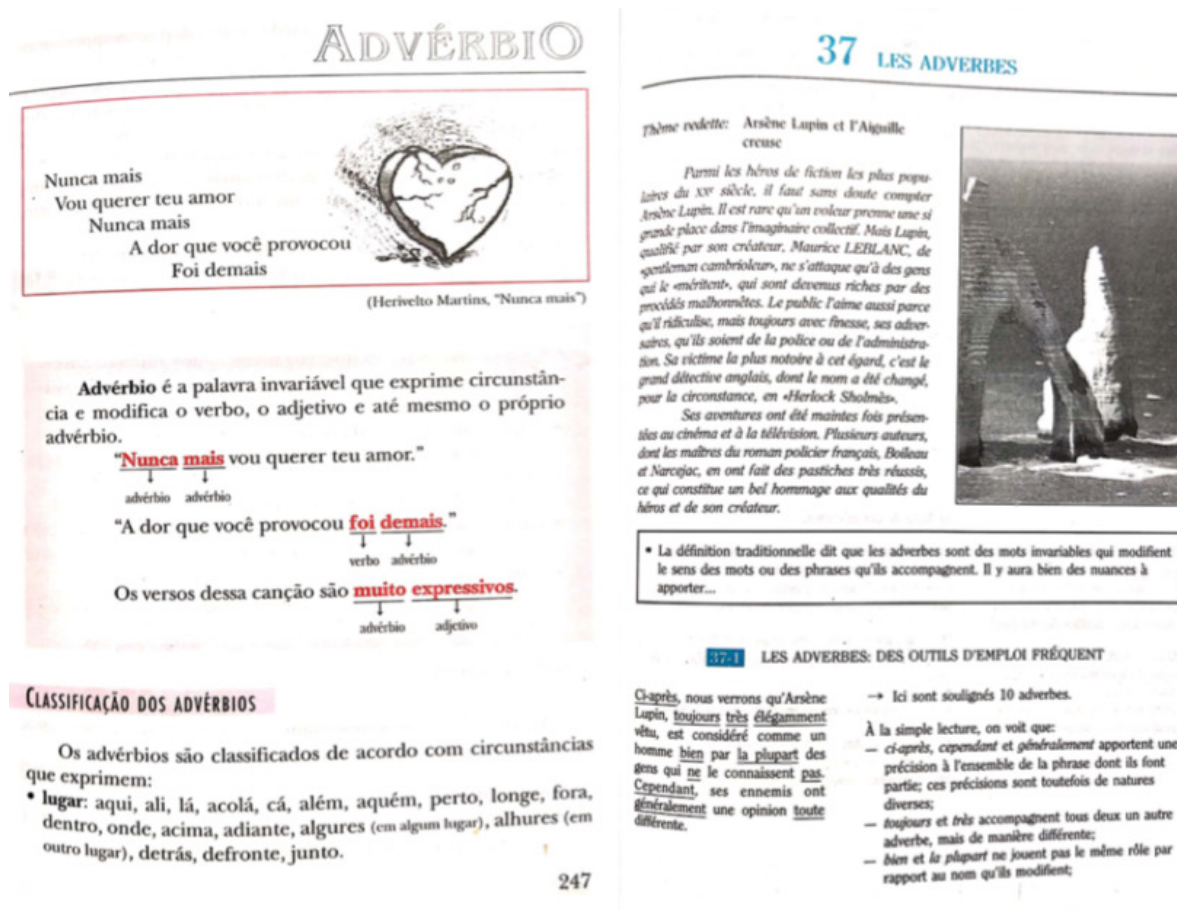
Quanto à organização dos conteúdos, com mudanças pontuais em conformidade ao alinhamento teórico-metodológico da proposta, observamos capítulos dedicados a diversos temas, que partem de aspectos fonológicos e ortográficos da língua, passam pela morfologia – dando especial atenção às classes de palavras – e alcançam a análise do período simples e, em seguida, do composto. Aspectos como regência, concordância, pontuação podem ter seções específicas a depender das características da língua e gramática.

Outra característica marcante na caracterização da gramática escolar diz respeito à



sua diagramação, a qual, conforme mostra a Figura 3, pode estabelecer muitos paralelos entre os manuais pertencentes a este tipo.

**Figura 3:** Da diagramação na gramática escolar



Fonte: SOUZA e CAMPEDELLI (2001, p. 247) e THÉORET e MAREUIL (1991, p. 323).

Com a comparação dos capítulos sobre a “classe dos advérbios” na gramática escolar de língua portuguesa (SOUZA; CAMPEDELLI, 2001) e de língua francesa (THÉORET; MAREUIL, 1991), notamos a inserção de cores e quadros para destacar aspectos importantes, como a definição dos elementos. A presença de imagens que dialogam com um texto de entrada, que serve como mote para a discussão do aspecto teórico. Vale lembrar que esse texto pode inclusive pertencer à tradição literária da língua – como é o caso do fragmento da canção de Herivelto Martins, na gramática de Souza e Campedelli (2001). Também observamos uma descrição didática e pontual, com

definições objetivas, acompanhadas de exemplos analisados com destaques em cor ou tracejado, bem como categorizações feitas em tópicos. Tudo isso numa aparente tentativa de facilitar a compreensão e memorização do conteúdo abordado.

Não podemos deixar de lado a possibilidade de institucionalização dessa gramática como um ato de política linguística de Estado. Se em sua origem, essa institucionalização se fazia por meio do elogio ao rei, como observamos na dedicatória feita por Figueiredo (1811) ao rei de Portugal, em sua *Arte da gramática portuguesa*:

Razões foram estas, SENHOR, que juntamente com a muita humanidade, e benignidade de VOSSA ALTEZA, e com que vai desde o principio imitando as grandes virtudes com a Magestade do sangue herdou as boas qualidades, que admiramos, que sem mais contradicção ousou ser o primeiro em lhe dedicar nesta pequena Arte, que lhe offereço, as primícias de minhas applicações em sincera demonstração de meus desejos. Digue se VOSSA ALTEZA aceita la, e protejela com seu amparo, e favor, atentando não tanto á qualidade da offerta, como ao bom animo, e tenção, de quem lha dedica; e costume se desde já a ser invocado como digno Mecenas das mesmas Letras, em que algum dia nos será de espanto, e admiração; e ase igualmente Protector, e Patrono , de quem as professa; que em generosa gratidão ellas animarão engenhos felices, e superiores, que com honra da Patria, e inveja das Nações estranhas levarão aos confins da terra sempre vivo, sempre immortal o Augusto, e Respeitado Nome de VOSSA ALTEZA. (FIGUEIREDO, 1811, p. 04).

Mais modernamente, essa vinculação institucional pode ser dar, por exemplo, através de aprovação em chamadas públicas para produção de livros escolares, como é o caso da gramática de Souza e Campedelli (2001), cuja capa menciona sua vinculação ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do ano de 2004 – Figura 4.

**Figura 4:** Capa da gramática de Souza e Campedelli (2001)



Fonte: SOUZA e CAMPEDELLI (2001).

Por fim, destacamos o vínculo ainda forte da gramática escolar com a norma padrão, distanciando-se muitas vezes do papel de ensinar a norma-culta e valorizar a reflexão crítica sobre o funcionamento complexo da linguagem. Se, por um lado, o vínculo com a tradição normativa esteve atrelado a essa gramática desde a sua origem, por outro, é importante ressaltar que mais recentemente esse modelo começa a se aproximar de uma abordagem mais descritiva ou teórica – graças ao avanço da ciência da linguagem e sua aproximação do ambiente escolar. Contudo, destacamos que ainda é muito tímida a elaboração de gramáticas escolares descritivas – como parece ser o caso da *Gramática de bolso do português brasileiro*, de Marcos Bagno, publicada pela editora Parábola, em 2013. Esse campo apresenta-se como um caminho que ainda demanda esforços para efetivamente levar à sala de aula da educação básica um conhecimento de uso mais próximo do falante e estudante da língua<sup>5</sup>.

Conduzindo nossa discussão para o segundo grupo das gramáticas escolares – voltadas ao ensino de língua estrangeira –, encontramos um modelo ainda mais preocupada com a facilitação do acesso à informação, o que se evidencia pela

<sup>5</sup> Reconhecemos o grande avanço da linguística na reflexão sobre o ensino da língua, tanto materna quanto estrangeira. Contudo, o que destacamos é que essa reflexão ainda não se materializou em um compêndio

diagramação mais lúdica e informações mais enxutas. Analisando atentamente esse modelo, German e Séguin (1990) identificam um comportamento de descrição seletiva do uso da língua a fim de facilitar a aprendizagem do idioma. Assim, fará referência às manifestações mais estáveis e concretas da língua. Quando há descrição de aspectos variáveis, restringe-se a fenômenos muito marcados no idioma.

É preciso ter em mente que enquanto a gramática de referência, seja ela normativa ou descritiva, preocupa-se em registrar e explicar um conhecimento sobre a língua, a gramática escolar visa, mais que tudo, disseminar esse conhecimento considerando as características do aprendiz – que nesse caso, não tem a língua estudada como materna. Desse modo, é necessário considerar situações interpessoais concretas e empregos reais da língua, sem se ater a uma descrição exaustiva da língua-alvo. Critérios como utilidade, frequência, familiaridade, grau de contraste entre o idioma de origem e o idioma de destino pautam o modelo de língua apresentado ao estudante.

German e Séguin (1990) ainda observam que a idade, a escolaridade, o nível de conhecimento da Língua Estrangeira, por exemplo, são fatores que devem ser considerados na elaboração de uma gramática de ensino de língua estrangeira. Outra característica importante que se relaciona com o aprendiz em potencial é a possibilidade de classificar e escalonar a produção de manuais em conformidade com o nível de conhecimento já adquirido da língua estrangeira, daí a possibilidade de encontrar propostas que separam o conhecimento básico, intermediário e avançado do idioma.

O Quadro VII apresenta alguns casos de gramáticas escolares voltadas ao ensino das línguas românicas a estrangeiros.

**Quadro 7:** Exemplos de gramáticas escolares de ensino de língua estrangeira

LÍNGUA PORTUGUESA		
Amélia P. Hutchinson; Janet Lloyd	<i>Portuguese: an essential grammar</i>	1996
Carla Oliveira; Luísa Coelho; João Malaca Casteleiro	Gramática aplicada português para estrangeiros (A, B, C) <sup>6</sup>	2007
Lígia Arruda	Gramática de português para estrangeiros	2008

escolar de viés descritivo que circule entre alunos da educação básica.

<sup>6</sup> No Quadro Comum Europeu de Referência para as Línguas, as letras A, B e C fazem referência aos níveis de proficiência da língua estrangeira aprendida, isto é, básico, intermediário e avançado, respectivamente.

Orlene Lúcia S. Carvalho; Marcos Bagno	<i>Gramática brasileña para hablantes de español</i>	2015
Linei Matzenbacher Zampietro	Português do Brasil como língua estrangeira - gramática	2016
<b>LÍNGUA ESPANHOLA</b>		
Dorotea Inés Lieberman	<i>Temas de gramática del español como lengua extranjera</i>	2007
Vicente Masip	<i>Gramática española para brasileños</i>	2010
Claudia Jacobi; Enrique Melone; Lorena Menón	<i>Gramática en contexto: curso de gramática para comunicar</i>	2011
Adrián Fanjul	<i>Gramática y práctica de español para brasileños</i>	2017
<b>LÍNGUA FRANCESA</b>		
Maia Gregoire; Alina Kostucki	<i>Grammaire progressive du français (A, B, C)</i>	1997
Sylvie Poisson-Quinton et al	<i>Grammaire expliquée du français (A, B, C)</i>	2002
Nathalie Bié; Philippe Santinan	<i>Grammaire pour adolescents (A, B, C)</i>	2005
Isabelle Chollet, Jean-Michel Robert	<i>Précis de grammaire</i>	2009
<b>LÍNGUA ITALIANA</b>		
Susanna Nocchi	<i>Nuova grammatica pratica della lingua italiana</i>	2011
Maria Cristina Peccianti	<i>Grammatica italiana per stranieri</i>	2014
Marida Muscolino; Alessandra Latino	<i>Una grammatica italiana per tutti (2 vol.)</i>	2014
Roberto Tartaglione; Angelica Benincasa	<i>Grammatica della lingua italiana per stranieri</i>	2015

Fonte: o autor.

Apesar do estudo de línguas estrangeiras remontar a tempos remotos de nossa sociedade, parece-nos que esse tipo apresenta uma constante tendência a renovação. Tanto é assim que o levantamento por manuais dessa categoria em sites de busca aponta o que há de mais recente, dificultando, assim, o acerto a proposições mais antigas.

A breve análise dos títulos dos itens apresentados no Quadro VII já revela algumas características:

- *Possibilidade de escrita na língua materna do aprendiz*: a fim de conseguir maior entendimento, não é incomum encontrar gramáticas escritas na língua materna do aprendiz do idioma estrangeiro (*Gramática brasileña para hablantes de español* e *Portuguese: an essential grammar*).

- *Escrita voltada a falantes específicos*: a fim de considerar os conhecimentos linguísticos prévios do falante, bem como as potenciais dificuldades que possam encontrar com a língua estrangeira, notamos publicações destinadas a falantes de língua maternas específicas (*Gramática española para brasileños* e *Gramática brasileña para hablantes de español*). Além disso, o fator idade também pode ser evidenciado, como no caso da *Grammaire pour adolescents*.
- *Escrita graduada*: os manuais podem vir, ou não, graduados em nível de proficiência do idiomas – orientando-se por padrões de referência internacional, como o Quadro Comum Europeu de Referência para as Línguas.
- *Escrita voltada a variedades*: especialmente no português, encontramos gramáticas focalizadas em variedades da línguas, como é o caso do português brasileiro (*Português do Brasil como língua estrangeira - gramática*). Comportamento que surge em consequência do protagonismo político e econômico que deteve o país anos atrás e do fortalecimento dos estudos linguísticos brasileiros.
- *Escrita seletiva e resumida*: devido ao objetivo do manual, selecionam-se temas gramaticais fundamentais para a aprendizagem do idioma e que costumam apresentar maior dificuldade ao aprendiz estrangeiro, daí advêm títulos como: *Précis de grammaire*, *Temas de gramática del español como lengua extranjera* e *Portuguese: an essential grammar*.
- *Exercitação da língua*: o apelo à experiência com os aspectos gramaticais é evidenciado através da gramática “prática”, indicando que as lições gramaticais são acompanhadas de exercícios formais que permitem o uso das estruturas gramaticais abordadas (*Gramática y práctica de español para brasileños* e *Nuova grammatica pratica della lingua italiana*).

De fato, a pesar de nem toda gramática escolar para o ensino de língua estrangeira trazer exercícios (como é o caso, por exemplo, da *Grammaire progressive du français* e da *Gramática brasileña para hablantes de español*), o mais comum é encontrarmos uma abordagem sempre seguida de exercícios, como ilustra a Figura 5.



Figura 5: Modelo de abordagem de tópico gramatical na gramática escolar para estrangeiros

**52 Preposiciones de transcurso III**  
**a / de / desde / en / hasta**

Preposiciones	Indican	Ejemplos
<b>de / desde</b>	procedencia en el espacio	¿Vienes <b>de</b> tu casa? Este bus va <b>desde</b> el centro <b>hasta</b> el extremo sur.
	procedencia en el tiempo	Esas deudas vienen <b>del</b> año pasado. No he visto a Ana <b>desde</b> que salimos de Roma.
<b>a / hasta</b>	destino o distancia en el espacio	La capital queda <b>a</b> pocos kilómetros de aquí. ¿Podrías llevarme <b>hasta</b> la escuela?
	límite en el tiempo	Tengo clase de 7:00 <b>a</b> 8:00. No veo telenovelas, trabajo <b>hasta</b> muy tarde.
<b>en</b>	medio de transporte: tren, autobús, coche, etc. (única preposición posible)	Vamos a Tucumán <b>en</b> tren. Volveremos <b>en</b> avión para llegar más rápida.

**Combinaciones más frecuentes de procedencia y destino o límite**

	de... a	desde... hasta
en el espacio	Divulgamos la doctrina <b>de</b> norte <b>a</b> sur del país.	Viajamos <b>desde</b> Roma <b>hasta</b> Lisboa en avión.
en el tiempo	<b>Del</b> comienzo <b>al</b> fin se declaró inocente.	Es una comedia bárbara: te ríes <b>desde</b> que empieza <b>hasta</b> que termina.

**Completa las frases usando "de" o "en".**

- ¿Te parece posible recorrer todo un país... motocicleta?
- En Santiago decidimos seguir el viaje... ómnibus.
- ¿Cómo no va a llegar cansado? Viene... lejos!
- Tenemos que ir... coche al centro porque está lloviendo.
- Viene... un barón elegante de la ciudad. Entiendo que no le guste el pueblo.
- Las noticias son confiables; llegan... diferentes agencias del mundo.
- Mamá no viaja... barco, pues se mareará.
- La calle era un caos; si viniese... burro hubiese llegado antes.
- Esto no es vida: voy... casa al trabajo y del trabajo a casa.
- Está nervioso, no deja de caminar... un lado a otro sin parar.

**Relaciona cada frase con su continuación teniendo en cuenta la relación entre "de", "a", "desde" y "hasta".**

a Son nómadas: se mudan	[ ] desde Cantabria hasta Madrid en vista turística.
b Los campesinos marchan	[ ] hasta el puente por el margen del Mapocho?
c Si vienes de la periferia al centro	[ ] hasta la capital y reivindican más subsidios para la siembra.
d ¿Cuánto tiempo tuvo que esperar el niño desde que llegó al hospital	[ ] desde Cuba.
e El sábado por la mañana nos fuimos	[ ] de un lugar a otro muy frecuentemente.
f ¿Se puede ir desde la estación	[ ] hasta que fue atendido por el médico?
g Medicamentos genéricos a bajo costo llegarán	[ ] en coche tardas más; te conviene venir en metro.

**Completa las ofertas turísticas usando las preposiciones de la caja.**

en desde (2 veces) a de hasta

**Feriado largo de Pascua**

Valles Calchaquies. 4 días / 3 noches en hotel con media pensión. Sale... Tucumán y finaliza en Salta, con traslados... combi por los valles. Precio por persona: \$4200 (habitación individual) / \$3300 (habitación doble).

Las Leñas, Mendoza. Conoce el complejo de punta punta: 6 días de cabalgata, con alojamiento, campamento, fogones y comidas (pensión completa). Bus cama Buenos Aires. Precio por persona: \$3700 (habitación triple).

Mar del Plata. 4 días / 3 noches en hotel Bahía Blanca (dos estrellas), con media pensión y traslado... Buenos Aires en bus semicama. Oferta válida... el 20 de marzo. Precio por persona / día: \$980.

Fonte: FANJUL (2017, p. 116-117).

Após uma sintética apresentação do tema “preposições em transcurso”, o autor recupera uma série de exercícios em que as preposições abordadas podem ser empregadas. Grande parte dessa “prática” tem um viés muito estrutural e preso ao limite da frase, exigindo do aprendiz apenas encontrar a melhor forma para dado exemplo (como notamos nos exercícios I e II, da Figura 5). É possível também o uso de pequenos textos – normalmente com adaptações – em que os temas abordados são recorrentes. Isso posto, parece que ainda há forte preocupação com o desenvolvimento da memória atrelado à avaliação da compreensão do aspecto gramatical estudado.

Outro ponto importante diz respeito à organização do conteúdo. Normalmente, esses manuais organizam os tópicos gramaticais em capítulos ou unidades temáticas, que partem de elementos menores (fonética e ortografia) aos maiores (morfossintaxe, período simples e composto). Tendo em vista as especificidades das línguas românicas, o estudo do verbo – tanto da morfologia quanto dos tempos verbais – costumam receber grande atenção, além de conteúdos como os determinantes e os pronomes da língua.

Quanto ao tratamento do conteúdo no interior da unidade, observamos na Figura 5



o uso intensificado de cores, figuras, tabelas e a disposição do conteúdo em tópicos a fim de destacar as principais informações abordadas. Na mesma direção, o conteúdo é enxuto e objetivo, sempre seguido de exemplos que permitem o aprendiz se familiarizar com o uso da construção em estudo.

Por fim, destacamos a aproximação de uma norma padrão da língua, que, devido o caráter ágil da descrição, nada ou pouco se atém à variação na língua. Quando muito, recupera elementos fortemente marcados e expressivos a partir do prisma da variação geográfica.

Antes de concluir, é válido apresentar um subtipo de gramática que costuma ser empregada no contexto de ensino de língua estrangeira, trata-se da “gramática contrastiva”. Segundo Travaglia (2002), esse modelo descreve duas ou mais línguas apontando como os padrões de um idioma podem ser observados ou não em outro(s). Em consequência, prevê possíveis dificuldades de aprendizagem decorrentes das proximidades e diferenças entre as línguas contrastadas. Salientamos que nem sempre a gramática contrastiva limita-se ao ensino e aprendizagem de línguas, podendo apresentar também um forte rigor descritivo – esse é o caso, por exemplo da *Gramática Comparativa Houaiss: Quatro Línguas Românicas*, uma obra publicada em 2011 pela Publifolha, com coprodução de Ana Maria Brito, Birge Lohse, Godofredo de Oliveira Neto e José Carlos de Azeredo<sup>7</sup>.

O Quadro VIII apresenta algumas gramáticas que se aplicam ao ensino de línguas estrangeiras e que se enquadram nesse modelo. Nota-se inclusive que se trata de uma tipologia com certa tradição histórica nas línguas:

**Quadro 8:** Exemplos de gramáticas contrastivas

Émile Egger	<i>Notions élémentaires de grammaire comparée pour servir à l'étude des trois langues classiques</i>	1854
Jean-Paul Tremblay	<i>Grammaire comparative du français et de l'anglais à l'usage des anglophones</i>	1971
Concha Moreno, Gretel Eres Fernández	<i>Gramática contrastiva del español para brasileños</i>	2007

<sup>7</sup> Apesar das gramáticas voltadas a falantes de línguas específicas (*Gramática española para brasileños* e *Gramática brasileña para hablantes de español*) pressuporem uma metodologia contrastiva em sua concepção, não a consideramos como pertencentes ao subtipo “contrastivo” por não tomarem necessariamente essa metodologia como fio condutor explícito de sua descrição.

Koffi Yao	<i>Gramática contrastiva español-francés: para profesores y alumnos</i>	2018
Francine Arroyo	<i>Grammaire contrastive para brasileiros</i>	2020

Fonte: o autor.

Em suma, evidencia-se a complexidade que envolve o gramática no espaço escolar, apresentando especificidades e demandas que a todo momento requerem revisão e reconstrução das gramáticas escolares em circulação, especialmente considerando os muitos avanços que a linguística tem experimentado nos últimos anos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da gramaticografia das línguas românicas revela-nos que a produção de gramáticas acompanhou o processo de desenvolvimento dessas sociedades, servindo-lhes como recurso tecnológico de registro e ensino das línguas com diferentes propósitos. Desse modo, foi possível verificar que um modelo inicial, que assumiu um viés marcadamente normativo, foi se desenvolvendo paralelamente ao aprimoramento da linguística moderna, adquirindo, desse modo, diferentes características dentro de um mesmo tipo, além de permitir a criação de novos tipos (gramáticas descritiva e teórica).

Desse modo, as tradições tipológicas mais antigas – verificadas nas gramáticas normativa, histórica e escolar – foram amadurecendo e se apropriando de novos recursos teórico-metodológicos providos pela ciência da linguagem. De tal maneira que o interesse político e ideológico teve que muitas vezes se sujeitar à análise científica que desnudou o funcionamento real da língua. Assim, as gramáticas históricas mais modernas concentram-se no entendimento e descrição do fenômeno da mudança linguística, ao passo que a gramática escolar espera o recebimento substancial do aporte da linguística descritiva – fortemente documentado nas gramáticas teóricas e descritivas.

Por fim, cabe ainda ressaltar a existência de tipos mais restringidos – tratados neste estudo como subtipos, devido à limitação de espaço. Esse foi o caso das gramáticas filosófica, comparada, e contrastiva, abordadas brevemente nas seções destinadas às gramáticas teórica, histórica e escolar, respectivamente.

**REFERÊNCIAS**

- ALÉONG, S. Normas linguísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. In: BAGNO, M. (Org.). *Norma Linguística*. 2 ed. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Edições Loyola, 2011, p. 141-196.
- ANTUNES, I. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola, 2007.
- ARAUJO, L. S.; FREITAS, F. S. Uma breve revisão da gramaticografia hispânica. *Domínios de Linguagem*, v. 14, n. 2, p. 369-390, 2020.
- ARAUJO, L; MELAZO, M. R. Introdução a história da gramática da língua portuguesa. *(Con)Textos Linguísticos*, v. 14, n. 29. no prelo.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. 3 ed. Tra. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- BAGNO, M. *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Dicionário crítico de sociolinguística*. São Paulo: Parábola, 2017.
- \_\_\_\_\_. *Objeto língua*. São Paulo: Parábola, 2019.
- BOSQUE, I.; DEMONTE, V. *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa, 1999. 3 v.
- CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 41-108.
- COSERIU, E. *Teoría del lenguaje y lingüística general*. 3 ed. Madrid: Gredos, 1962.
- FANJUL, A. *Gramática y práctica de español para brasileños*. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2017.
- FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.
- FARACO, C. A.; ZILLES, A. M.. *Para conhecer: norma linguística*. São Paulo: Contexto, 2017.
- FIGUEIREDO, P. J. *Arte da grammatica portugueza ordenada em um methodo breve e fácil*. Lisboa: Impressão Régia, 1811.

GERMAN, C.; SÉGUIN, H. *Le point sur la grammaire en didactique des langues*. Montreal: CEC, 1990.

HERNÁNDEZ ALONSO, C. *Gramática Funcional del Español*. 3 ed. Madrid: Gredós, 1996.

NOËL, F.; CHAPSAL, C. P. *Nouvelle grammaire française: surunplantrès-méthodique, avec de nombreux exercices d'orthographe, de syntaxe et de ponctuation, tirés de nos meilleursauteurs, et distribuésdanl' ordredesrègles*. Nouvelle-Orléans: Johns & Cie, 1835.

PENNY, R. *Gramática histórica del espanõl*. 3 ed. Madrid: Ariel, 2014.

PEREIRA, E. C. *Grammatica Histórica*. São Paulo: Secção de Obras d' "O Estado de S. Paulo", 1919.

PERINI, M. A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola editorial, 2010.

RAE. *Nueva Gramática de la lengua española: morfología y sintaxis*. Madrid: Espasa libros, 2009.

\_\_\_\_\_. *Nueva Gramática de la lengua española: manual*. Madrid: Espasa libros, 2010.

SAID ALI, M. *Gramática elementar da língua portuguesa*. 9 ed. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1965.

SILVA, A. C. *Configurações do ensino da gramática em manuais escolares de português: funções, organização, conteúdos, pedagogias*. Braga: Centro de Investigação em Educação/Universidade do Minho, 2008.

SOUZA, J. B.; CAMPEDELLI, S. Y. *Minigramática*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 2002.

THEORET, M.; MAREUIL, A. *Grammaire du français actuel*. Anjou: Les Éditions CECinc, 1991.

VIEIRA, F. E. *Gramática brasileira contemporânea do português: movimentos de ruptura e linhas de continuidade com o paradigma tradicional de gramatização*. Tese de doutorado. Recife: PPGL/UFPE, 2015.

\_\_\_\_\_. Gramatização brasileira contemporânea do português: novos paradigmas? In: VIEIRA, F. E. FARACO, C. A. *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016, p. 19-69.

\_\_\_\_\_. *A gramática tradicional: história crítica*. São Paulo, 2018.

Recebido em: 22 jun. 2020.

Aceito em: 23 out. 2020.